

# ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO: OS EFEITOS DE SENTIDO E O SILÊNCIO NO CASO MARIELLE<sup>1</sup>

Állison de Souza Perin<sup>2</sup>

**Resumo:** Com base na Análise do Discurso, de orientação francesa, este artigo visa averiguar os efeitos de sentido no discurso político de quatro pré-candidatos à Presidência da República que se pronunciaram no Caso Marielle, além de compreender as singularidades do silêncio de um deles, a partir da concepção da AD. Por meio de uma investigação qualitativa descritiva, examina-se duas reportagens publicadas na internet: uma da revista *Exame* e outra de *O Globo*. O artigo está dividido em quatro seções, três das quais trata dos aspectos teóricos necessários para, então, realizar a análise das duas reportagens, que mostram que os dizeres dos pré-candidatos significam de maneira diferente, sendo que um deles apresenta um posicionamento com efeitos de sentidos que caminham em oposição aos dizeres dos demais: enquanto um desconstrói o assassinato, os demais consideram um crime político.

**Palavras-chave:** Discurso político. Efeitos de sentido. Silêncio. Marielle Franco.

## 1 Introdução

Independente da compreensão humana, o discurso está presente em todos os lugares, pois faz parte das relações sociais. Ele é determinado por inúmeros fatores, em um processo de fusão que mescla a língua com a exterioridade, com o social, com a História. É um conhecimento permanente e vital para o humano e, talvez exatamente por esse motivo, requer uma análise; uma técnica discursiva que seja capaz não somente de interpretar os sentidos proeminentes da língua, mas compreendê-los como fator constitutivo do homem e sua história.

Nos estudos discursivos, “não se separam forma e conteúdo e procura-se entender a língua não só como uma estrutura mas sobretudo como acontecimento”, diz Orlandi (2005, p. 19). Esses acontecimentos chegam até nós já significados, carregados de sentidos, e a busca pela interpretação de tais sentidos é essencial, pois são a principal base para averiguarmos um potencial discurso.

Esses sentidos, sempre presentes na base enunciativa de um discurso, não são únicos, mas múltiplos, e também são conhecidos como efeitos de sentidos. Estão inseridos em quaisquer textos ou falas, dependem das condições de produção dos discursos e se apresentam

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Jornalismo, da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, orientado pela professora Darlete Cardoso, Msc.

<sup>2</sup> Autor do Artigo. E-mail: oallisonperin@gmail.com.

de forma bastante intensa no discurso político que, segundo Charaudeau (2008, p. 16), toma posição “quanto às relações entre *linguagem, ação, poder e verdade*”.

É sobre isso que trataremos nas próximas páginas, tendo como tema: *Análise do discurso político: os efeitos de sentido e o silêncio no Caso Marielle*. Vereadora pela cidade do Rio de Janeiro e filiada ao PSOL, Marielle era conhecida por sua bandeira de combate à violência policial contra a população de comunidades do Rio, assim como as críticas a respeito da intervenção federal na mesma cidade (CARBONARI, 2018). Foi executada com quatro tiros, juntamente ao seu motorista Anderson Gomes, após sair de um evento na capital fluminense. Portanto, para sermos mais específicos, o presente artigo trata do posicionamento, através da cobertura jornalística, de quatro pré-candidatos à Presidência da República que buscavam disputar as eleições no ano de 2018 e fizeram menções ao Caso Marielle.

A análise neste artigo é delimitada em duas matérias. A primeira delas é uma breve notícia publicada no portal da revista *Exame*, no dia 20 de março de 2018, na qual Jair Bolsonaro, pré-candidato pelo PSL na época, afirma que permaneceria em silêncio sobre o Caso Marielle. Essa matéria foi selecionada por se tratar do primeiro pronunciamento que Bolsonaro forneceu à imprensa a respeito do assassinato de Marielle Franco e que ganhou destaque pela resposta apresentada pelo parlamentar ao justificar que permaneceria silente.

Já a segunda reportagem analisada foi veiculada no site do jornal *O Globo*, com o pronunciamento de quatro dos pré-candidatos. São eles: Jair Bolsonaro novamente, Marina Silva (Rede), Geraldo Alckmin (PSDB) e Ciro Gomes (PDT). O critério de seleção dessa reportagem foi baseado no período de tempo decorrido entre a matéria da revista *Exame* e a publicação desta no jornal *O Globo* – que fornece uma espécie de resposta de Jair Bolsonaro à sua afirmação no mês anterior, que ficaria em silêncio, além de introduzir depoimentos de outros pré-candidatos e, assim sendo, nos possibilitar analisar comparativamente os discursos.

Este trabalho, portanto, tem o objetivo geral de averiguar, sob a perspectiva da Análise do Discurso francesa e um estudo de caso, os efeitos de sentidos dos discursos dos pré-candidatos a respeito do Caso Marielle, trazidos pelas reportagens da revista *Exame* e do jornal *O Globo*. Nos objetivos específicos, busca-se compreender como o silêncio de Jair Bolsonaro sobre o acontecimento se insere na esfera político-brasileira e, comparativamente, como se dá em relação aos discursos dos demais políticos nas reportagens. Afinal de contas, o assassinato de Marielle Franco e seu motorista impôs aos pré-candidatos um posicionamento sobre o trágico crime. Por se tratarem de figuras públicas, o depoimento dos políticos que concorriam ao mais alto cargo do Estado tem grande peso para a opinião pública

e para a democracia nacional. Torna-se necessário, portanto, uma análise que averigue os efeitos de sentido do discurso em relação ao Caso Marielle na época.

O método de pesquisa é exploratório, com abordagem qualitativa descritiva e utilizando-se da técnica do estudo de caso, cujo tipo é a análise discursiva, que averiguará os discursos, ou seja, as falas dos políticos, nas materialidades coletadas: as duas reportagens divulgadas na imprensa.

Tal análise é feita, em seu primeiro momento, pela contextualização das reportagens: é parafraseado o conteúdo das matérias e, então, passa-se a analisar pontualmente os enunciados que fazem parte das reportagens e os efeitos de sentidos neles impregnados. Analisam-se também, antes, os títulos e linhas de apoio que compõem as matérias dos dois veículos. Após essa etapa, buscamos compreender o discurso político dos pré-candidatos, assim como os efeitos de sentido, por meio das formações discursivas que, de acordo com Fernandes (2007, p. 58-59), são as diferentes ideologias e posições assumidas pelos sujeitos, que tiveram existência em diferentes espaços sociais e “se fazem presentes sob novas condições de produção, integrando novo contexto histórico, e, conseqüentemente, possibilitando outros efeitos de sentido”. Passamos, então, a discutir as teorias que ajudarão na aplicação do objeto escolhido.

## **2. Efeitos de sentido no Discurso**

A língua é um fato social, de acordo com Brandão (1994), que toma as primeiras concepções de Bakhtin sobre o enunciado como algo que não é pertinentemente linguístico. Para ela, existe um outro lado do enunciado, que não é verbal, correspondente ao contexto da enunciação.

A partir da junção de linguagens verbais e não verbais, perspectiva aparentemente simplista em primeira instância, surge a Análise do Discurso (AD), que revela as relações entre o linguístico e o social. A linguagem, portanto, não é uma mera ferramenta de expressão. Enquanto discurso, “é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia” (BRANDÃO, 1994, p. 12).

Assim sendo, a primeira observação a ser feita é a necessidade de esquivar-se da visão equivocada do termo ‘discurso’. Este não é simplesmente uma posição ideológica dada por um político ou cientista diretamente de uma tribuna, como a sociedade tende a significar popularmente. O discurso, como garante Fernandes (2007), é muito mais do que isso e exige a

interpretação proveniente dos sujeitos falantes, que produzem ampla e rotineiramente sentidos em suas relações cotidianas.

O discurso é visto como uma construção ideológica, já que a “ideologia é imprescindível para a noção de discurso” (FERNANDES, 2007, p. 24). Na visão do autor, os sentidos produzidos pelos objetos simbólicos são buscados nas profundezas da língua, interpretados a partir de suas condições sócio históricas e ideológicas, e, então, estudados a partir de sua superfície discursiva.

Para que tal análise seja feita, todavia, é preciso ignorar reflexões imanentes. Orlandi (2005), uma das principais pesquisadoras de AD no Brasil, diz ser inexorável a importância de trabalhar com o discurso como um estudo amplo e aberto, “com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas” (ORLANDI, 2005, p. 15-16).

É daí que surgem os efeitos de sentido do qual a AD busca desvendar por meio da interpretação dos objetos simbólicos. É importante destacar, no entanto, conforme observa Orlandi (2005), que a interpretação é uma tarefa ‘aprisionadora’, pois, ao fazê-la, o sujeito já está preso em um sentido determinado. Faz-se necessário ir atrás da compreensão dos objetos simbólicos, buscar explicitar as possíveis significações do texto e, assim, encontrar outros sentidos e constituições.

A busca pela compreensão dos efeitos de sentido torna-se possível, essencialmente, ao ampliar os estudos sobre o interdiscurso; a memória, o dizível. Tomando os estudos de Orlandi como base para suas formulações teóricas, Guimarães (1995, p. 67) afirma que os sentidos são gerados a partir das implicações do interdiscurso: “são efeitos do cruzamento de discursos diferentes no acontecimento”.

Assim, as enunciações são o posicionamento do sujeito ao criar vínculos entre acontecimento e interdiscursividade. Segundo explica Guimarães (1995, p. 68), um texto se relacionará com a enunciação de outros textos “efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os”. Portanto, é possível afirmar que os efeitos de sentido, ou seja, as potenciais significações presentes em um enunciado, assim como sua constituição e significados para os quais remetem, são produtos do interdiscurso. Orlandi explica a interdiscursividade como

aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que

afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (2005, p. 31).

Outra visão necessária a ser apresentada é a de Foucault, citado por Brandão (1994), que, embora não fale diretamente das singularidades dos efeitos de sentido, dedicou-se ao estudo do discurso e suas implicações. De acordo com Brandão (1994), Foucault idealizou este como ‘dispersão’, pois nele não existe unicidade ou homogeneidade. O discurso, portanto, é heterogêneo, disperso, e a AD busca compreender essa dispersão por meio de regras, que estabelecem uma formação discursiva e “se apresentam como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias” (BRANDÃO, 1994, p. 28).

Neste conceito, as formações discursivas relacionam-se, sem desvios, com a interdiscursividade. Como assegura Guimarães (1995, p. 66), baseando-se outra vez nos trabalhos de Orlandi, tais formações “são diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes”. Dada a complexidade do interdiscurso e dos efeitos de sentido, os sujeitos falantes, então, seriam destinados a elaborar e significar de formas amplamente diferentes. Estão inseridos em formações discursivas não similares e possuem maneiras únicas de lidar com a interdiscursividade, com a memória, com o dizível.

A heterogeneidade do discurso, ou sua dispersão, também faz parte das reflexões da francesa Authier-Revuz, citada por Fernandes (2007, p. 41), que fala que o sujeito mantém a aparência de ser o centro de suas enunciações e significações. O sujeito “pensa exercer o controle dos sentidos do que fala, mas desconhece que a exterioridade está no interior do sujeito, em seu discurso está o ‘outro’”. Também diz Fernandes (2007, p. 44), pelas citações de Authier-Revuz, que os sujeitos tornam-se fragmentados pelas “transformações sofridas nas condições sociais”, pois o ato discursivo é sempre demarcado pelo “entrecruzamento de discursos e acontecimentos anteriores”. Isto posto, para Fernandes (2007), analisar o discurso é a atividade de interpretar e compreender os sujeitos que falam e entender a produção de sentidos como fragmento essencial de suas interações sociais.

Para que a interpretação seja realizada e sua compreensão efetivamente bem-sucedida, temos que apreender, fundamentalmente, que a história e a língua afetam sujeitos e sentidos. Por conseguinte, e por reflexos dos trabalhos de Orlandi (2005, p. 21), o discurso não pode ser tratado como mera transmissão de informação. A estrutura dos sentidos é

mantida por “processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade”. Isto posto, pode-se definir discurso como efeito de sentido entre locutores.

Tendo em vista a distinção de Orlandi (2005), a AD não pretende atravessar o discurso e doar sentidos prontos, únicos, homogêneos. Sua maior pretensão é entender o processo de significação de um material simbólico, ou seja, seus efeitos de sentido. A linguista alega, por meio dos estudos de Pêcheux, que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 2005, p. 17).

Mas para compreender os processos de significação, é vantajoso buscar brevemente a perspectiva de Guimarães (1995) em relação à semântica e ao sentido e, assim, conceituar as peculiaridades deste como disciplina linguística. Citando diretamente Bréal, o autor acredita ser impossível tratar do sentido pela via etimológica, mas tratando-os por meio da consideração de seu emprego. Portanto, “é preciso considerar a palavra nas suas relações com outras palavras, no conjunto léxico, nas frases em que aparecem” (GUIMARÃES, 1995, p. 13).

Para melhor conceituação, Guimarães (1995, p. 13) cita Bréal (1883), para quem,

considera-se em demasia as palavras isoladamente. É muito fácil tomar uma palavra à parte e traçar sua história, como se ela não tivesse sido coagida, realçada, ligeiramente nuançada ou completamente transformada pelas outras palavras do vocabulário, no meio das quais ela se encontra colocada e das quais recebe a influência próxima ou longínqua. Tomar uma palavra à parte é um método quase tão artificial quanto dar, como se é obrigado a fazer em fonética, a história de uma vogal ou de uma consoante. As letras não têm existência senão nas palavras, as palavras não têm existência senão nas frases.

Assim, a língua, a linguística, a história, a ideologia, a interdiscursividade, a exterioridade, o *outro*, constituem a vasta gama de forças que afetam e mexem com os sentidos, produzindo novos enunciados, efeitos de sentido e formações discursivas. O estudo da produção, formas e condições do sentido é intrincado, sendo assim necessário ignorar a pesquisa imanente e aprofundar-se no estudo sócio-linguístico-histórico-ideológico.

Dada essa ampla estrutura e constituição, podemos afirmar, como aponta Orlandi (2005, p. 20), que o sujeito discursivo se movimenta pelo inconsciente e que as “palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós”. Cabe a AD compreender os sentidos e seus efeitos.

### 3. Dizer e não-dizer: as implicações do silêncio

Nosso próximo passo é tratar do silêncio, que também carrega efeitos de sentido no discurso. Estudá-lo envolve substituir uma concepção negativa, pregada pelas ciências da linguagem, por uma positiva, sugerida por Orlandi. Pela concepção negativa, Tfouni (2008) afirma que o silêncio é simplesmente a ausência das palavras entre as palavras. Orlandi (2007), no entanto, analisa o silêncio sob a perspectiva do dizer: o silêncio seria sempre carregado de sentido.

Diante disso, torna-se necessário (re)significar o silêncio. Mas como fazer isso, sendo que o silêncio não é visível? De que forma estudá-lo, tendo em vista que é reduzido, empiricamente, como falta de linguagem? É nas pesquisas de Orlandi, autora que pôs grande esforço teórico em suas formulações sobre o silêncio, que encontramos respostas suficientes para explorá-lo.

Inicialmente, podemos compreender o silêncio como o lugar onde o sentido se encontra. Segundo Orlandi (2007, p. 12), ele é a condição essencial para que a significação exista e mantém uma relação essencial entre o dizer e o não dizer. “O silêncio foi relegado a uma posição secundária como excrescência, como o ‘resto’ da linguagem. Nosso trabalho o erige em fator essencial como condição do significar”.

Nesse mesmo estudo, Orlandi (2007, p. 14) caracteriza o silêncio como aquele que “atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro”. Portanto, quando pensamos em silêncio nas palavras, nos referimos ao fato de elas estarem impregnadas e permeadas por ele. “Elas produzem silêncio; o silêncio “fala” por elas; elas silenciam”.

É dentro dessa caracterização, levantada por Orlandi (2007), que passamos a enxergar o silêncio como “fundante”, como fundador, berço de toda significação. Ele não é *vazio*, mas, pelo contrário, *cheio*; é o *horizonte* da instância significativa. Desta forma, é a própria condição para a produção do sentido e seus efeitos; o real da significação.

Explicando de outra forma, o sujeito falante só consegue enunciar – e significar – produzindo sentidos, e estes são impregnados de silêncio; do silêncio fundador. “Para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando” (ORLANDI, 2007, p. 69).

No entanto, para que o sujeito consiga produzir um enunciado, ele precisa silenciar outro. Tfouni (2008) explica que não é possível dizer dois ou mais enunciados no

mesmo período de tempo. A lógica que o autor prega é a de que só é possível dizer ‘x’ quando não se diz ‘y’:

Antes da enunciação, onde não há movimento, todos os dizeres são possíveis. Já, no movimento da enunciação, o que é dito é uma “escolha” contingente do enunciatário; segue-se que, uma vez dito “x”, este passaria de contingente para impossível, pois não é possível que o sujeito não tenha dito “x”.

Tal explicação define as concepções da *política do silêncio*. De acordo com essa política, estudada também por Orlandi (2007), o silêncio possui outras duas formas de existência – que não fazem ligação com o *fundador* – e que são classificadas como o *silêncio constitutivo* e o *silêncio local* (a censura).

Enquanto o silêncio *fundador* não estabelece nenhuma classificação, pois significa por e em si mesmo, o *constitutivo* mantém a relação contextualizada acima por Tfouni, do dizer ‘x’ para não dizer ‘y’. De acordo com as concepções de Orlandi (2007, p. 73-74), o *constitutivo* produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz. “Podemos dizer, generalizando, que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradições inscritas nas próprias palavras”.

Também como produto da política do silêncio, existe a manifestação do *silêncio local*. Ele é a própria interdição do dizer, expressão mais vigorosa da política mencionada. Tal como Orlandi (2007, p. 76) diz, é a censura, o interdito, o proibido. “A censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas”.

A autora também analisa, seguindo as concepções consideradas por Pêcheux (1975), que a identidade do sujeito passa a ser afetada em todo ato censurado. Afinal de contas, todo sujeito se inscreve em uma (portanto, não em outra) formação discursiva para criar sua individualidade discursiva. “Ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido” (ORLANDI, 2007, p. 76).

Com todas essas classificações e conceitos, Orlandi (2007, p. 33) considera o silêncio como portador do real do sentido e contextualiza que este é a matéria significativa por excelência que transforma a língua em “significados apreensíveis, verbalizáveis”.

Assim contextualizado o silêncio, passamos a tratar do discurso político, tendo em vista o objeto deste estudo.

#### 4. O discurso político

Quando exploramos e debatemos o campo político, é comum nos posicionarmos com base em ideais que, de muitas formas, encaixam-se nas concepções ideológicas de esquerda e direita política. Esses dois conceitos, de acordo com Bobbio (2001, p. 49) são empregados há mais de dois séculos “para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas”. No entanto, o sentido de política, ou melhor, de discurso político, é muito mais amplo que isso, especialmente quando este é estudado com base na AD.

Não existe discurso sem política, da mesma forma que não existe política sem discurso. Segundo Charaudeau (2008, p. 39), um é constitutivo do outro, portanto, dependentes. “A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso”.

Para estudar o discurso político e sua formação, no entanto, Charaudeau (2008) elucida algumas questões que implicam em sua condição de produção. Mais precisamente, exemplifica que a *linguagem*, a *ação*, o *poder* e a *verdade* são partes constituintes da existência do discurso político.

A *linguagem e a ação* seriam componentes essenciais de qualquer troca social, ainda de acordo com Charaudeau (2008, p. 16). Toda manifestação linguística exala de um sujeito que somente se define em relação ao outro, com base no princípio da alteridade (“sem a existência do outro, não há consciência de si”), da influência (“para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele”) e da regulação (quando esse outro possui seu próprio projeto de influência). Esses três princípios constituem um quadro de ação, de agir sobre o outro; um quadro de ação política.

É a ação política quem determina o modelo organizacional da vida social. Ela incentiva que a comunidade busque por decisões coletivas, em uma força que Arendt, citada por Charaudeau (2008, p. 17), denomina como a de “querer viver junto”. Toda essa ação pode ser movimentada por um agente ou responsável que seja um decisor. “Decisor quer dizer que o agente não apenas elaborou um projeto no qual está inscrito o fim a atingir, mas que, além disso, tomou a decisão de engajar-se na concretização dessa ação pela qual ele é, a partir desse momento, totalmente responsável”.

É importante voltar às elucidações anteriores e nos ater, apenas brevemente, ao princípio de influência, forte condição para o movimento do discurso político. Eduardo (2014) analisa que tal princípio é produzido como um simples ato languageiro, mas com o potencial

de “persuadir seus interlocutores, tentando guiar o seu pensamento”. Isso faz com que o interlocutor tome uma ação, seja afetado emocionalmente e possua o pensamento orientado com base em seu enunciador.

Neste sentido, a argumentação é um dos pontos mais fortes para que exista a influência do enunciador sob o interlocutor. Eduardo (2014) continua seu estudo afirmando que o enunciador “utiliza-se de dados como provas concretas para fundamentar o seu ponto de vista” e, desta forma, persuade seus ouvintes a conquistar “novos adeptos para a sua candidatura”.

Sendo assim, Charaudeau (2008, p. 40) afirma que qualquer enunciado pode ter uma manifestação política se assim a situação o permitir. O discurso, então, não é político, “mas a situação de comunicação que o assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza”.

Tal afirmação teórica nos permite compreender que existem diferentes lugares para a construção do discurso e, conseqüentemente, do pensamento político. Essa fabricação não depende exclusivamente dos responsáveis pela governança política, mas também da identidade de sujeitos que elaboram o pensamento político. Pode-se, portanto, afirmar que existem três lugares para a formulação deste: um que se refere como sistema de pensamento, um segundo que diz respeito ao ato de comunicação e outro que toma forma de comentário. (CHARAUDEAU, 2008)

Quando se fala na produção referente ao *sistema de pensamento*, Charaudeau (2008, p. 40) analisa que o discurso é produto de uma ação discursiva que pretende criar “um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e dos posicionamentos”. É por meio desse sistema que se concretizam as filiações ideológicas, por exemplo.

Em relação ao *ato de comunicação*, o estudo torna-se mais preocupado com os atores inseridos na conjectura do discurso político. São os sujeitos que atuam em cena, “cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos” (CHARAUDEAU, 2008, p. 40). Esse tipo de ato comunicacional político é muito representado em comícios, debates, declarações televisivas etc.

Por fim, temos o *comentário*, que não está diretamente ligado a um propósito político, mas, ainda assim, faz parte desse espectro discursivo. O comentário afirma-se como uma ação que explora e fala a respeito do político, mas não apresenta risco político. Como explica Charaudeau (2008, p. 41), o discurso de comentário

tem por particularidade não engajar o sujeito que o sustenta em uma ação. Ele pode ser revelador da opinião do sujeito que comenta, mas sem que se saiba necessariamente qual é seu grau de engajamento em relação àquela. É o que explica porque muitas discussões políticas podem descambar para outra coisa, parar ou azedar os humores sem que se consiga fixar uma opinião ou tomar uma posição. Ouve-se frequentemente o discurso de comentário político no bar, em família ou entre amigos, mas ele inclui também aquele que é mantido – com mais seriedade e espírito de análise – pelos jornalistas que comentam a atualidade política.

Com tais ponderações sobre os formatos de fabricação do discurso político, podemos, então, nos questionar: o que seria o discurso político, de fato? A resposta para essa questão pode ser introduzida pelos estudos de Pinto (2006), que afirma que ele é uma repetida tentativa de fixar sentidos e apresenta a urgência como principal condição, especialmente em campanhas eleitorais.

A urgente tentativa de consolidar sentidos se baseia no fato de que tal fixação é provisória. Esse sentido de provisoriedade, no entanto, não afirma que o discurso vive em constante mudança, mas que é necessário lutarmos, constantemente, para que tais discursos – ou direitos – continuem sendo tais discursos/direitos, porque, ainda segundo Pinto (2006), “este é apenas um discurso provisório, com êxito, mas arbitrário”.

É por esse amplo jogo de fixação, de influência, de construção e desconstrução, que ponderamos sobre a verdade do discurso – sempre ameaçado no embate de significações. O discurso, incluindo o político, portanto, é “dinâmico, frágil e, facilmente, expõe sua condição provisória” (PINTO, 2006).

É potencialmente por esta condição que os atores do discurso político estão em uma busca incansável pela desconstrução do outro. De acordo com Eduardo (2014), o “enunciador necessita que sua verdade se sobressaia perante aos seus adversários políticos, e para isso é necessário um conhecimento prévio dos valores, da ética e do comportamento da sociedade (eleitores) que ele pretende persuadir”.

E é assim que a ação política se movimenta: em uma fabricação advinda de sistemas de pensamentos e atos de comunicação, que batalham incansavelmente, por meio da argumentação e influência, a fixar sentidos e valores para fortalecer sua aceitação pública.

Diante disso, passamos agora a analisar as reportagens selecionadas para elucidar os problemas desta pesquisa, aprofundando as reflexões feitas na pesquisa bibliográfica acima e refletindo sobre os efeitos de sentido no discurso político.

## **5. A análise discursiva das matérias**

As análises a seguir estão dispostas em três seções. A primeira e a segunda delas são referente à notícia publicada na *Exame*, sendo inicialmente uma averiguação dos efeitos de sentidos e, posteriormente, do silêncio presente no discurso. A última seção compreende a análise dos efeitos de sentido no discurso político da matéria do jornal *O Globo*.

### 5.1 Os efeitos de sentido na reportagem da revista *Exame*

Para que possamos analisar os efeitos de sentidos presentes na reportagem publicada no portal da revista *Exame*, assim como na fala do personagem enfocado, o pré-candidato, à época, Jair Bolsonaro, precisamos contextualizar o objeto que será estudado nesta seção. Por isso, forneceremos um panorama geral da reportagem – discurso jornalístico –, seguido da análise pontual de cada elemento discursivo que a compõe. Assim, compreenderemos a matéria em seu contexto e exploraremos os seus sentidos.

Figura 1 – Reportagem da revista *Exame*



Fonte: CARDOSO & GADELHA, Exame.com, 2018

A matéria acima foi publicada no portal da revista *Exame* no dia 20 de março de 2018. A manchete expõe uma fala de Jair Bolsonaro, na época pré-candidato à Presidência da República, que afirma que nenhum dos outros pré-candidatos havia comparecido ao enterro

de policiais militares. Na linha de apoio, é anunciado que o parlamentar continuaria em silêncio sobre a morte da vereadora do Rio de Janeiro (Marielle Franco).

O texto é composto por quatro parágrafos. No primeiro deles, é descrito brevemente o que foi dito no título e linha de apoio da matéria. Já no seguinte, os repórteres destacam a fala de Bolsonaro em citação direta no texto. Os dois últimos parágrafos tratam de um novo tópico, intitulado *Reclamação*. Nele, é comentado que o PT (Partido dos Trabalhadores) recorreu ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com uma reclamação disciplinar contra a desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio, Marília Castro Neves. A reclamação se devia ao fato de Marília, segundo a matéria, ter espalhado mentiras na internet sobre Marielle Franco. No pedido levado ao CNJ, o PT argumentou que não é possível dissociar a conduta de Marília como cidadã da de magistrada. Para finalizar o tópico, uma nova citação direta do pedido de reclamação do PT é descrita. O tópico *Reclamação* não fará parte da análise, tendo em vista que as informações não mencionam os pré-candidatos, mas enfatizam outro aspecto que permeou a repercussão do assassinato de Marielle Franco: a disseminação de *fake news* sobre a vereadora. Esta seção, portanto, não será necessária para esta análise, pois entra em outros campos de estudo e averiguação, os quais não estão problematizados no presente artigo. Por isso, a menção deste fragmento da matéria é meramente complementar, para revelarmos a totalidade da reportagem publicada no portal da revista *Exame*.

Para iniciar a análise propriamente dita, precisamos nos ater à manchete e à linha de apoio para, então, nos dedicarmos ao discurso do corpo do texto. Ao optar pelo título *Nenhum presidenciável foi em enterro de PMs, diz Bolsonaro* e pela linha de apoio *Pré-candidato à Presidência da República do PSL ainda afirmou que vai manter o silêncio sobre a morte da vereadora do Rio*, notamos alguns princípios do discurso jornalístico se movimentando pela estrutura textual.

Um dos primeiros princípios notados é o da *hierarquização*. Segundo Sousa (2001), a informação jornalística é organizada em uma estrutura hierarquizada. Em muitos casos, essas informações estão contidas na abertura da notícia, porque são hierarquicamente mais importantes. Outros princípios que tomam forma na matéria da revista *Exame* são os princípios da *eficácia* e da *seletividade*. No primeiro, as informações devem ser eficazes; o essencial deve ser imediatamente dito. No segundo caso, a informação jornalística é precisamente selecionada pelo repórter.

Assim como todo texto faz parte de um discurso específico e produz significações singulares, o discurso jornalístico não se apresentaria de forma diferente. Na manchete, dentre

todo o conteúdo da matéria, notamos que o mais importante selecionado foi a fala de Bolsonaro sobre os policiais militares. Dessa forma, percebemos que, do material disponível, o dizer de Bolsonaro foi hierarquizado e explorado de maneira eficaz para chamar a atenção do interlocutor – o leitor.

A matéria, então, buscou expor o que julgou mais importante para seus leitores e significou de forma que evidenciasse a menção do parlamentar aos outros pré-candidatos, uma vez que esse é enfático ao dizer que nenhum deles havia comparecido aos funerais, criando, assim, um sentido de *crítica* no enunciado proferido. De certa forma, a matéria também enfatiza que só há consciência do dizer de Bolsonaro quando este se define perante ao outro, quando este opina sobre o outro (os pré-candidatos), o que faz parte do princípio de alteridade de Charaudeau (2008, p. 16): “sem a existência do outro, não há consciência de si”.

Além disso, foi evidenciado implicitamente que a morte de PMs apresenta maior relevância do que outros assassinatos – nesse caso, o assassinato de Marielle. Como afirma Guimarães (1995, p. 69), a língua funciona de acordo com a forma que o indivíduo se põe como sujeito perante um acontecimento. Bolsonaro justificou sua posição mencionando a classe militar em face a uma situação, o que fez com que a língua entrasse em funcionamento “por afetá-la pelo interdiscurso, produzindo sentidos”; sentidos, esses, que significaram de forma que representasse uma reprimenda aos demais presidenciáveis e uma crítica à repercussão acerca do Caso Marielle.

Já na linha de apoio da matéria, o tom é de alusão. Ainda que o foco se mantenha em Bolsonaro, ao afirmar que o pré-candidato permaneceria em silêncio sobre o Caso Marielle, a reportagem guia-se em direção a um novo sentido – mas que complementarmente os dizeres da manchete. É nessa linha de apoio que se encontra a primeira referência à Marielle – referência essa que não a coloca em evidência: é citada simplesmente como *uma vereadora do Rio*. De acordo com Fernandes (2007, p. 62), “as alterações político-ideológicas nos discursos decorrem da mudança de sujeitos em cena, ou da transformação dos sujeitos na linha do tempo, o que implica mudanças no espaço social”. Esse tipo de mudança dos sujeitos em cena é exatamente o que se apresenta com Marielle Franco: seu nome não é indicado e ela é destacada meramente como *uma vereadora do Rio*, o que exclui os fatos de ela ser ativista do movimento negro, supervisora da atuação da intervenção federal nas favelas, denunciante de abuso policial, forte voz militante dos direitos humanos e a quinta vereadora mais votada da capital do RJ (CARBONARI, 2018). Se continuarmos analisando a manchete e a linha de apoio, novamente seguindo os princípios jornalísticos pregados por Sousa (2001), também

verificaremos que elas significam de forma de que a fala de Bolsonaro sobre os policiais militares se torne mais importante que qualquer menção direta ao nome de Marielle Franco.

No corpo da matéria, a narração se inicia por citação indireta dos fatos. É quase uma segunda fala: os jornalistas interpretam o enunciado de Bolsonaro e o contextualizam em um bloco de texto. São enfáticos (os repórteres produtores da matéria) ao dizer que o parlamentar *vai manter o silêncio sobre a morte da vereadora do Rio Marielle Franco (PSOL) e do motorista dela, Anderson Gomes, mortos a tiros na noite da última quarta-feira, 14, na capital fluminense*. Tal afirmação, de que Bolsonaro manteria o silêncio sobre a morte de Marielle, tem o efeito de sentido de que ele, até então, não havia se pronunciado sobre o caso.

Na sequência da matéria, o parágrafo se inicia com uma citação direta de Bolsonaro. “*Vou continuar silente*”, referindo-se ao que o deputado falou em entrevista ao Broadcast Político da Câmara (de onde as informações foram retiradas para a produção e edição da notícia). É aqui que se repete a fala de Bolsonaro destacada na manchete: *No ano passado teve enterro de uns 20 PMs (policiais militares), nenhum dos presidentiáveis foi e só eu estou apanhando agora por não falar sobre a morte dela*.

Essa ausência enunciativa de Bolsonaro, esse modo *silente* de se portar, produz alguns sentidos, que pairam em seu discurso, trazendo à tona o que Bolsonaro não enunciou: o fato de que o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes não aparenta ser importante para o parlamentar, conforme já destacado na análise do título. Isto é, apresenta o efeito de sentido de não ser relevante o suficiente para implicar em um posicionamento de sua parte, em sua *ação política*. Segundo Charaudeau (2008), é a ação política que “determina a vida social ao organizá-la tendo em vista a obtenção do bem comum”. O silêncio de Bolsonaro sobre o Caso Marielle não representa o bem comum proposto por Charaudeau, pois é seletivo ao justificar-se mencionando apenas os assassinatos de policiais militares; ou seja, o efeito de sentido é o de que se não há defesa à classe militar, não há defesa para nenhuma outra classe. Isso implica em um outro sentido, que exploraremos nos próximos parágrafos, mas que já podemos destacar: Jair Bolsonaro se porta como um parlamentar seletivo em sua defesa e justiça, pois escolhe precisamente quem merece atenção política.

Ainda nesse mesmo parágrafo da matéria da revista *Exame*, os repórteres afirmam, desta vez com informações endereçadas diretamente ao político (ao fazer a citação direta “*Vou continuar silente*”), que o pré-candidato manteria sua posição de total silêncio sobre o Caso Marielle. No entanto, essa posição é justificada pelo mesmo locutor da citação (Bolsonaro): se nenhum dos presidentiáveis havia comentado sobre a morte de

aproximadamente 20 policiais militares, Bolsonaro não comentaria a morte da vereadora do Rio, Marielle Franco – mesmo que estivesse *apanhando*, segundo ele.

Ao falar que está *apanhando*, Bolsonaro refere-se ao fato de estar recebendo críticas por não se posicionar sobre um caso – o assassinato da vereadora Marielle Franco, ativista de movimentos sociais, e seu motorista, Anderson Gomes – que teve uma grande repercussão nacional e internacional. Se o pré-candidato diz que está *apanhando*, ele se põe em um papel de vítima: faz alusão aos outros pré-candidatos, que aparentemente não receberam críticas, e justifica que seu silêncio é motivo de desaprovação e, por isso, somente ele está sendo julgado negativamente. Essa tentativa de Bolsonaro em ser vítima pode ser classificada como uma “dramatização do discurso”, da qual Charaudeau (2008, p. 89) diz que:

à medida que as emoções correspondem a representações sociais, construídas por uma mistura de julgamentos, de opiniões e de apreciações, que elas podem desencadear sensações ou comportamentos, que elas podem ser utilizadas para tentar seduzir, ameaçar, aterrorizar, enfim, atrair um interlocutor ou um auditório.

Outra interpretação plausível de sentido embutido ao mesmo enunciado é a de *crítica* de Bolsonaro aos demais pré-candidatos – o que é frequente no jogo político. Segundo Eduardo (2014), o ator do discurso político “se constrói através da desconstrução do outro, num jogo de significações”. Ao criticar os outros pré-candidatos, então, Bolsonaro busca diminuir e fragilizar a sua concorrência, os seus adversários, para então se fortalecer, de uma forma ou de outra, na sua própria candidatura. É um processo de desqualificação dos demais pré-candidatos à Presidência da República.

No enunciado também é afirmado que, no ano anterior, houve o funeral de 20 policiais militares. Isso leva ao sentido de que Bolsonaro tenha comparecido aos enterros e usa tal informação para desaprovar o potencial não comparecimento dos demais políticos. Aqui, uma questão paira no enunciado, invisível, mas muito pertinente na fala de Jair Bolsonaro: se os demais pré-candidatos não compareceram ao enterro dos policiais militares que ele havia frequentado, por que cobram dele um pronunciamento sobre o assassinato de Marielle Franco e seu motorista? Ou seja, justifica-se atacando para contrapor ao *apanhando* mencionado por ele, provando que a “linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico” (BRANDÃO, 1994, p.12).

Podemos dizer ainda que esse discurso, assim como todos, se encaixa como uma questão de poder. Segundo Pinto (2006), todos os discursos “pretendem impor verdades a respeito de um tema específico ou de uma área da ciência, da moral, da ética, do

comportamento, etc”. No discurso político, ainda afirma a autora, essa luta por poder é mais intensa, mais ampla. Se Bolsonaro é criticado por um tema específico – aqui, o Caso Marielle –, ele pode ser enfraquecido no espectro político em pleno ano eleitoral, o que fragilizaria sua candidatura. Em uma tentativa de se justificar, mas ainda preservar seus valores e posicionamentos, Bolsonaro utiliza alguns mecanismos para fortalecer sua relação de força, poder. Esses mecanismos são: a) dados: os 20 policiais militares supostamente assassinados que, sem questionamentos, foi tomado como fato verídico, mas não apresenta nenhuma fonte verificável para comprovar a estatística); b) crítica aos adversários, ao afirmar que *nenhum dos presidentiáveis foi ao enterro de PMs*, buscando desqualificar sua oposição eleitoral; e c) ao analisar que *só eu estou apanhando agora por não falar sobre a morte dela* e, assim, se posicionar no papel de vítima, por meio de uma dramatização do discurso (CHARAUDEAU, 2008).

Sendo assim, e com base nos enunciados destacados na reportagem, podemos chegar a duas conclusões. A primeira delas diz respeito à repercussão das mortes dos policiais militares. Ao justificar seu silêncio e trazer ao jogo discursivo os assassinatos dos PMs, o pré-candidato faz uma crítica implícita à falta de repercussão das mortes da classe militar, que supostamente não geram cobrança de pronunciamentos políticos por parte da população e não ganham destaque suficiente na imprensa, pelo menos não da mesma forma que o Caso Marielle. Portanto, como afirma Brandão (1994, p. 12), a linguagem não é uma mera ferramenta de expressão. Ela seria (enquanto discurso) uma das bases para a significação e para a expressão da ideologia, do posicionamento crítico, da ação política.

Outra conclusão que pode ser extraída é a de que Bolsonaro faz uma defesa *essencialmente seletiva*, como mencionamos acima. Ele toma, unicamente, um partido e nega-se a outro, o que nos mostra que um dos lados mantém maior peso moral e político para o parlamentar. Ou seja, Bolsonaro presta suas condolências e admiração à classe militar, mas não à vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes. O pré-candidato à Presidência da República escolhe um caminho de defesa e, já que o faz, elimina um dos casos de evidência no cenário político e social do Brasil na época – fazendo uma alusão direta a casos do ano anterior e ignorando um assassinato recente. No entanto, como militar da reserva (BOLSONARO, 2018), o lugar de fala do parlamentar também é desta classe, o que justifica a defesa dos seus iguais e reforça sua formação discursiva: sua posição de fala, o modo como são compartilhadas as “posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados”, como analisa Guimarães (1995, p. 66), tomando a posições teóricas de Orlandi.

Isso também nos mostra que os valores defendidos por Bolsonaro são reflexo de uma ideologia de direita. Segundo Bobbio (2001, p. 102), seguindo as reflexões de Laponce sobre as definições de esquerda e direita, os termos que melhor se encaixam aos dois espectros-políticos “são ‘hierarquia’ para a direita e ‘igualdade’ para a esquerda”. O que Bolsonaro fez em sua fala foi classificar suas prioridades e, dessa forma, hierarquizar classes e/ou pessoas com base na ideologia política que prega. Ao realizar tal hierarquização e explorar os posicionamentos de direita, Bolsonaro interage com a linguagem enquanto discurso, pois, ao utilizar a língua com alguma intencionalidade, ela se torna “o lugar privilegiado de manifestação da ideologia” (BRANDÃO, 1994, p. 12).

Para finalizar, são necessárias outras considerações sobre as condições significativas da reportagem e do discurso, na medida em que outros sentidos sempre podem ser explorados *ad infinitum*, sob a perspectiva da AD. Alguns ainda serão abordados no conjunto das análises. Passaremos a tratar agora o silêncio de Bolsonaro, especificamente sobre o fato de o pré-candidato afirmar que continuaria silente sobre o Caso Marielle.

## 5.2 O silêncio no discurso político de Bolsonaro

Com base nos enunciados de Bolsonaro narrados pela reportagem, é preciso afirmar que: a) ele permaneceu em silêncio segundo a concepção das ciências da linguagem abordada brevemente por Tfouni (2008) em seu artigo sobre o *Interdito e o Silêncio*; b) entretanto, jamais ficou em silêncio, segundo a visão de Orlandi (2007), que reformula o significado acerca do termo.

Na primeira afirmação, o silêncio do parlamentar é caracterizado e popularmente conceituado como o ato de não dizer, não falar, não enunciar, conforme apontado por Tfouni (2008) no artigo mencionado anteriormente: “o silêncio ficou reduzido à falta de palavras entre as palavras; ao silêncio foi dado um estatuto negativo”. Bolsonaro, de fato, seguiu essas características. Podemos exemplificar essa ausência enunciativa, a falta de palavras entre as palavras, durante os aproximadamente seis dias que se passaram entre o assassinato (14 de março) e seu pronunciamento (20 de março). Nesse curto espaço de tempo, 12 dos pré-candidatos à Presidência da República já haviam se pronunciado na imprensa. Foram eles: Guilherme Boulos (do mesmo partido de Marielle, o PSOL), Lula do PT, Manuela D’Ávila do PCdoB, Marina Silva da Rede, Geraldo Alckmin do PSDB, Rodrigo Maia do DEM, Henrique Meirelles do MDB, Álvaro Dias do Podemos, João Amoêdo do Novo, Paulo Roberto de Castro do PSC, Fernando Collor de Mello do PTC e Ciro Gomes do PDT (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2018).

Todos os pré-candidatos condenaram o assassinato e/ou exigiram justiça. Bolsonaro, no entanto, não se expressou: foi o único, entre os demais pré-candidatos, a não se pronunciar. Ao mostrar sua passividade perante o caso, podemos relacionar com o dizer de Guimarães (1995, p. 31), com base nas teorias de Saussure, que diz que o sentido não é a relação com o mundo, mas “a intenção do locutor em dizer algo para alguém”. Sendo assim, Bolsonaro se apresentou como um homem sem intenção enunciativa, o que nos reforça a ideia de que o assassinato de Marielle Franco não tem relevância e importância nem para sua vida, nem para sua carreira política e potencial (à época) liderança do Estado Brasileiro.

Continuaremos agora a análise, dando foco à segunda afirmação sobre o tema, sob a visão de Orlandi (2007). O silêncio de Bolsonaro se apresenta em dois formatos: 1) o do princípio significativo, quando falamos no silêncio fundante; 2) e em sua configuração pela política do silêncio *constitutivo*, quando dizemos x para não dizer y, ou seja, onde “toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis” (ORLANDI, 2007, p. 75).

Jair Bolsonaro afirmou que permaneceria em seu estado *silente*, justificando que policiais militares haviam sido mortos e que nenhum dos presidentiáveis compareceram ao enterro. Dessa forma, ele tomou o silêncio e *fundou* toda a sua significação, por isso se fala em *silêncio fundador/fundante*. É claro que, nesse sentido, o silêncio fundador não diz respeito exclusivamente ao enunciado de Bolsonaro ou ao seu próprio sujeito discursivo – o *fundante* faz parte da enunciação de qualquer sujeito, de qualquer enunciação. Parafraseando Orlandi (2007, p. 68), o *silêncio fundante* não é a ausência de palavras, mas o horizonte delas. Não podemos, portanto, defini-lo como falta, mas como possibilidade de enunciação e significação; um silêncio que é necessário ao sujeito e fundamento essencial do sentido, que é reinstaurado ao falar. “A hipótese de que partimos é que o silêncio é a própria condição da produção de sentido. Assim, ele aparece como o espaço ‘diferencial’ da significação: ‘lugar’ que permite à linguagem significar”.

Mas o que mais nos interessa são seus enunciados quando averiguados perante a instalação do *silêncio constitutivo*. Se Bolsonaro diz “x”, ele não diz “y”. Se o parlamentar enuncia *Vou continuar silente e No ano passado teve enterro de uns 20 PMs (policiais militares), nenhum dos presidentiáveis foi e só eu estou apanhando agora por não falar sobre a morte dela*, o que não é dito? O que poderia ser classificado como o ‘y’ da questão, quais os efeitos de sentido presente nas margens do seu *silêncio constitutivo*?

Para encontrarmos as respostas a essas perguntas, precisamos retornar à figura de Bolsonaro. O pré-candidato possui formação militar e atuou durante boa parte da sua vida

como militar do Exército Brasileiro (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018) – atualmente, na reserva. Portanto, possui um discurso militarista, apresenta simpatia pela Ditadura Militar de 1964 (REVISTA FORUM, 2018) e, inclusive, foi um dos deputados que votaram a favor da Intervenção Federal no Rio de Janeiro em 2018 (ADORNO, 2018), que a vereadora Marielle criticava. Aqui, notamos os primeiros indícios da formação discursiva política e militarista de Bolsonaro: “aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem o discurso, ou que possibilitam a produção do discurso” (FERNANDES, 2007, p. 29).

Em seu site oficial (BOLSONARO, 2018), é afirmado que Jair Bolsonaro foi titular da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, além de ter participado da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. No mais, é conhecido por posições que defendem a soberania nacional e como portador de bandeiras fortemente combatidas pela “ideologia esquerdista”. Em seu portal na internet, também é afirmado que o parlamentar defende o armamento do cidadão de bem e o direito à legítima defesa.

Portanto, nas margens do silêncio e do não dito de Bolsonaro mostram-se que o pré-candidato carrega uma forte posição de segurança pública e defesa nacional. Foi, inclusive, algumas das pautas centrais da sua campanha presidencial durante o ano de 2018. Sua interdiscursividade que, segundo Orlandi (2005 p. 31), “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”, constrói um discurso produzido por forte ideologia militar, de segurança, que condizem com uma memória discursiva de ordem e autoridade.

Há um forte *seletivismo*, no entanto, trabalhando no discurso político de Bolsonaro e nos efeitos de sentido dos seus enunciados. Uma defesa seletiva, que se posiciona e significa de forma mais ardente em seu discurso, aparenta surgir nos enunciados. Quando optou por ficar silente no Caso Marielle e não se pronunciar durante o período de tempo decorrido e mencionado anteriormente, Bolsonaro foi contra o que sempre defendeu: a segurança pública. Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, fazem parte das estatísticas que Bolsonaro, teoricamente, busca reduzir: a violência, os homicídios, o crime organizado, de maneira geral, em cujas estatísticas estão Marielle e seu motorista.

Isso nos leva a crer que a defesa seletiva de Bolsonaro não está ligada simplesmente a uma mera ‘preferência’ – ela é afetada proporcionalmente pela sua ideologia, de ordem militar e direitista. Militar porque faz parte da condição de produção do seu discurso, como mencionamos anteriormente, e também como parte do seu imaginário construído a partir da História. Direitista, no entanto, porque ao mencionar suas bandeiras que são fortemente combatidas pelo que chama de ‘ideologia esquerdista’ na breve biografia em

seu site, se dá a entender que o parlamentar seja de direita e, por esse motivo, exista um impasse ideológico. Marielle Franco era afiliada ao PSOL (partido político de referência do espectro-político de esquerda no Brasil), sendo assim, uma das ‘combatentes’ das posições tomadas por Jair Bolsonaro no âmbito político. Essa forte presença da ideologia no discurso de Bolsonaro, que o instruiu a manter essa justiça seletiva, é explicada por Brandão (1994, p. 38) ao dizer que “os discursos são governados por formações ideológicas”.

Outra característica do discurso político de Bolsonaro é quando o parlamentar diz que aproximadamente 20 policiais militares foram mortos e que nenhum presidenciável, supostamente com exceção de Bolsonaro, foi ao enterro. Com essa construção enunciativa, o parlamentar utilizou-se de dados para enunciar e, por meio disso, solidificou o seu posicionamento. Tomando o que diz Eduardo (2014), pode-se inferir que os dados utilizados por Bolsonaro (os 20 PMs mortos) são vistos como provas concretas que o enunciador utiliza no discurso político para persuadir os receptores a um ponto de vista concreto. Assim, Bolsonaro justificou sua isenção enunciativa a respeito do Caso Marielle de forma que desse a entender que, se os pré-candidatos não se pronunciaram sobre as mortes dos militares, a execução de Marielle não teria espaço em seu discurso político.

Portanto, Bolsonaro se constrói com base em um forte discurso de segurança que se configura como seletivo, como já afirmado, por questões ideológicas, que interferem no seu próprio discurso político. Ele define os protagonistas de sua defesa e elimina, pela isenção de pronunciamento, a sua própria oposição: Marielle Franco, ativista e vereadora eleita pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

Mecanismos discursivos também são trabalhos no enunciado e se apresentam como as Formações Imaginárias propostas por Orlandi (2005): as Relações de Força, de Sentido e Antecipação. Ao declarar para o Broadcast Político da Câmara sobre o assassinato de Marielle Franco e justificar sua posição, Bolsonaro estava sendo entrevistado pelo seu lugar (sua formação discursiva) como pré-candidato à Presidência da República e Deputado Federal. Nas Relações de Força, Orlandi (2005, p. 39-40) afirma que “o lugar do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. Portanto, se Bolsonaro fala do lugar de pré-candidato e deputado federal, suas palavras significam de forma diferente do que significariam se ele falasse de um posto diferente; o de um professor, apenas para exemplificar. A fala de Bolsonaro vale (significa) de forma mais ampla e poderosa que a do professor; ela tem mais *força* e é por esse exato motivo que seu pronunciamento é tão impactante para o discurso político na época e para as futuras eleições presidenciais de 2018: Bolsonaro é um pré-candidato ao cargo mais alto do Estado Democrático Brasileiro.

Nas Relações de Sentido, Orlandi (2005) diz que todo discurso apresenta uma relação direta com outro; um discurso aponta para outros que o sustentam. Se relacionarmos ao ‘imaginário militar’ de Bolsonaro, percebemos que sua fala sobre os policiais militares se relaciona proporcionalmente à interdiscursividade e preserva um sentido militarista que permeia o discurso político do candidato.

E, por fim, mas não menos importante, temos a Relação de Antecipação. Nela, também com base em Orlandi (2005, p. 39), o locutor se coloca no lugar do seu interlocutor e antecipa seu enunciado “quanto ao sentido que suas palavras produzem”. Assim, o locutor (Bolsonaro) argumenta com base na ideia que produzirá em seu ouvinte, ou seja, o receptor dos veículos que noticiaram seu posicionamento e, conseqüentemente, o cidadão, o eleitor brasileiro que mantém as mesmas posições ideológicas de Bolsonaro. Brandão (1994, p. 25), com base em Ricoeur, afirma que “toda autoridade procura, segundo seus sistemas políticos, legitimar-se, e para tal é necessário que haja correlativamente uma crença por parte dos indivíduos nessa legitimidade”. Nesse sentido, Bolsonaro solidifica seu poder político junto à comunidade de eleitores de direita, conservadores e de ordem militar, o que seria definido por Charaudeau (2008, p. 40) como um “*ato de comunicação*” no discurso político, “cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos”.

Com base na análise empreendida até aqui, evidenciamos que os sentidos (e até o silêncio) produzidos por Bolsonaro se relacionam fortemente com seu passado militar – com a interdiscursividade que domina e determina as condições de produção dos seus enunciados, assim como as prováveis significações desses. Por esse motivo, “podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem” (ORLANDI, 2005, p. 43). Bolsonaro é marcado ideologicamente por uma posição militar, o que reflete diretamente nos enunciados emitidos no Broadcast Político da Câmara e veiculado no portal da revista *Exame*.

Na próxima seção deste artigo, analisamos os efeitos de sentidos no discurso político dos pré-candidatos às eleições presidenciais, mas agora mencionados na matéria produzida pelo jornal *O Globo*.

### 5.3 Os efeitos de sentido no discurso político dos pré-candidatos ouvidos pelo *O Globo*

Para que possamos compreender ainda melhor os efeitos de sentido que permearam o discurso político no Caso Marielle à época, focamos nossos estudos na matéria do jornal *O Globo*. É uma reportagem divulgada no dia 23 de abril de 2018, um pouco mais

de um mês após o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, quando a pauta voltou à mídia pela falta de solução do caso, já que se passavam aproximadamente 40 dias sem respostas por parte dos órgãos de segurança. Buscamos, dessa vez, não analisar o discurso jornalístico, pois o que realmente nos importa é o depoimento dos quatro pré-candidatos à Presidência da República citados na matéria e os efeitos de sentidos permeando seus discursos.

Figura 2 – Reportagem do jornal *O Globo*



Fonte: O Globo, 2018.

Na reportagem com a manchete e linha de apoio apresentadas na figura acima, notamos que os repórteres foram bastante objetivos: deixaram claro o propósito da matéria, que apresentam os comentários dos pré-candidatos Jair Bolsonaro (PSL), Marina Silva (Rede), Geraldo Alckmin (PSDB) e Ciro Gomes (PFT) acerca da morte da vereadora Marielle Franco.

No primeiro parágrafo, é relatado um panorama geral a respeito da repercussão e investigação do caso, tendo em vista que já haviam se passado mais de um mês desde o crime e as forças de segurança, que investigavam o caso, ainda não o haviam solucionado. *O Globo* afirma que os assassinatos colocaram a *intervenção federal na segurança do Rio sob pressão e mobilizaram protestos no Brasil e no mundo*, além de afirmarem que o crime entrou para a agenda eleitoral por se tratar de um tema de pauta central nas campanhas: a segurança pública. Foi sobre esse tema que os pré-candidatos foram questionados, ou seja, suas propostas para a segurança pública, o que acabou por envolver pronunciamentos sobre o assassinato de Marielle, de acordo com o jornal.

Uma das primeiras análises que podemos fazer nesta matéria é o uso das palavras *sob pressão*. Neste enunciado, encontramos um sentido com múltiplas significações, pois, de

acordo com Orlandi (2005, p. 38), se os sentidos “não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer”. Assim, o dizer *sob pressão* se relaciona com as consequências da intervenção federal, podendo significar para dizer: a) da pressão sofrida pela polícia, ao enfrentar as milícias/as facções criminosas contra as quais estão lutando; b) da pressão das próprias facções criminosas, que entram em uma batalha direta com a classe militar; c) das comunidades periféricas, que estão à margem desse conflito armado; d) do Estado, que articulou a intervenção no Rio e precisa reestabelecer, por meio das forças táticas, a segurança na cidade; e, por fim, e) do crescimento da atenção sobre a intervenção, já que Marielle Franco a fiscalizava e denunciava os abusos de autoridade nas favelas cariocas.

Quando *O Globo* enuncia que o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes *mobilizaram protestos*, eles estão se referindo ao fato da repercussão e exigências por respostas acerca do caso serem grandes, o que motivou – e continua motivando – manifestações por todo o Brasil e mundo. Esses protestos, no entanto, significam de forma diferente daqueles ocorridos logo após o assassinato de Marielle Franco. Sob toda a pressão que está sofrendo por setores diversos da sociedade, o sentido dado a esses protestos é de exigência por uma resposta, mas, mais do que isso, de crítica à falta de respostas depois de semanas sem uma conclusão do caso. Isso acontece porque, segundo Charaudeau (2008, p. 42), todo discurso circula no interior de um grupo, exporta-se e difunde-se para outros, assim fazendo-o sofrer alterações, da mesma forma que o discurso político

pode ser construído de maneira rigorosa, teorizante, em seu desafio de elaborar um sistema de pensamento, e que depois se manifesta em diferentes situações de comunicação, atravessa diferentes comunidades de opinião edulcorando-se, insinua-se nos comentários, volta às vezes ao seu ponto de origem e reaparece em outras épocas, mas se reconstruindo de forma diferente.

Seguindo com a análise, a matéria do *O Globo* apresenta um novo comentário de Bolsonaro. Afirma que o parlamentar havia se recusado a comentar o caso antes, o que leva ao sentido de que estaria se referindo a sua fala sobre os policiais militares e sua permanência em silêncio analisados na seção anterior. Agora, o jornal declara que Bolsonaro foi enfático ao se pronunciar dizendo que a morte de Marielle *para a democracia não significa nada. Mais uma morte no Rio de Janeiro e temos que aguardar a investigação*.

Aqui, temos um avanço e aprofundamento da opinião de Bolsonaro sobre o Caso Marielle. Enquanto em um primeiro momento ele se manteve em silêncio – depois afirmou que permaneceria *silente* – e apresentou suas justificativas com referências à classe militar, nesse segundo momento ele diz diretamente o que o assassinato da vereadora no Rio significa

para a democracia: *nada*. Se Bolsonaro afirma que o assassinato de um cidadão não representa *nada* para a democracia brasileira, isso gera um efeito de sentido que vai ao encontro de uma visão antidemocrática e que embate, diretamente, na Constituição Federal de 1988 (2018), que diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a à prosperidade”.

Esse sentido antidemocrático e anti-igualitário que se apresenta no discurso político de Bolsonaro também se formata como uma forte característica de regimes da extrema-direita. Segundo Bobbio (2001, p. 135), a extrema-direita se representa como “doutrinas e movimentos antiliberais e antiigualitários” e dos quais, segundo ele, é bastante visível em “exemplos históricos como o fascismo e o nazismo”. Se considerarmos o discurso militarista já explorado anteriormente, esses pontos se apresentam como conclusões ainda mais verossímeis. Afinal de contas, conforme pontua Brandão (1994, p. 15-16) em relação às teorias de Benveniste, quando falamos na posição que o sujeito/locutor assume ao enunciar, dizemos que é levantada a “questão da relação que se estabelece entre o locutor, seu enunciado e o mundo”. Ou seja, é uma relação “em que o enfoque da posição sócio-histórica dos enunciadoreis ocupa um lugar primordial”.

Já no segundo enunciado, quando Bolsonaro se refere a ser mais uma morte no RJ e ser necessário aguardar a investigação, está subjacente o sentido de que o Rio apresenta uma alta taxa de assassinatos, o que se comprova com os dados do Instituto de Segurança Pública (NOTÍCIAS UOL, 2018) de que em 2017 o estado teve a mais alta taxa de mortes violentas dos últimos oito anos. Nesse sentido, Bolsonaro apresenta no seu discurso um imaginário que defende a segurança pública, mas não há exigência ou demanda por justiça perante aos órgãos judiciais em relação ao Caso Marielle.

É o oposto do que se acontece com os demais candidatos. Iniciando por Marina Silva, a representante da Rede para a Presidência da República afirma, de acordo com a matéria, que o caso é *emblemático* e que traz memória dos casos de Chico Mendes<sup>3</sup> (1944-1988), Dorothy Stang<sup>4</sup> (1931-2005) e *tantos outros, cuja busca de justiça foi interrompida*

---

<sup>3</sup> Chico Mendes foi um seringueiro, ativista e ambientalista brasileiro. Foi assassinado em 1988 nos fundos de sua casa, no Acre. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/chico-mendes/>>. Acesso em: 11 de nov. de 2018.

<sup>4</sup> Dorothy Stang era uma freira missionária de origem norte-americana que atuou na luta pela sustentabilidade e defesa do meio-ambiente ao lado dos povos nativos da Amazônia brasileira. Foi assassinada com seis tiros aos 73 anos de idade, na cidade de Anapu no Pará. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em->

*por um ato de extrema violência*. Esse é o primeiro indício da formação discursiva de Marina Silva, “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2005, p. 43). Ela se posiciona não somente como pré-candidata à Presidência da República, mas também como ativista e ambientalista, filiada ao Partido Rede Sustentabilidade, apropriando-se de uma formação discursiva e um ponto da História que remete às mesmas lutas das quais defende.

Porém, mais do que isso, Marina Silva gera um outro sentido: ela coloca Marielle Silva no mesmo patamar que Chico Mendes e Dorothy Stang, ativistas de movimentos específicos que foram assassinados por seus papéis, reivindicações e militância. Na sequência da matéria, Marina diz que “*a luta por justiça e contra a discriminação, no Brasil, sempre foi, e continua sendo, punida com a morte*”. Isso implica dizer um implícito, o que Orlandi (2007, p. 66) caracteriza como “o recorte que se faz entre o dito e o não-dito”, ou seja, o não dito remete ao que foi dito. Esse implícito nos diz que os efeitos de sentido do depoimento de Marina Silva são os de que Marielle Silva foi assassinada (direta ou indiretamente, a mando de alguém) pelas mãos das mesmas forças das quais vivia lutando: as da violência policial contra a população negra e da marginalização da população periférica. Dessa forma, o sentido dado ao enunciado da pré-candidata é que a motivação do crime foi puramente política.

Por fim, a pré-candidata pela Rede afirma que *Depois de sua eliminação física, ainda tentam, de maneira sórdida e covarde, matar sua causa com notícias caluniosas*. Aqui, Marina refere-se aos variados casos de *fake news* que se apresentaram contra a imagem da vereadora Marielle Franco, para denegrir sua imagem e sua atuação política. Esse é outro indício cuja significação faz alusão à falta de solução do caso e a divulgação de notícias falsas que desqualificam a reputação de Marielle como ativista.

Se Marina enuncia gerando um sentido de que a motivação do crime tenha sido política, aqui a pré-candidata reafirma de outra forma: fala que, depois da sua eliminação física (com motivações políticas) *ainda tentam, de maneira sórdida e covarde, matar sua causa*. Segundo Pinto (2006), essa é uma forma do discurso político, “cuja verdade está sempre ameaçada em um jogo de significações. Ele sofre cotidianamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução do outro”. Portanto, o efeito de sentido dado

aqui é a de que, além do assassinato de Marielle, os criminosos continuam tentando eliminar traços de sua existência, sendo que a eliminação de Marielle não seria simplesmente física, pelo assassinato, mas também por meio da destruição da sua reputação, credibilidade, imagem e das lutas pelos direitos das minorias.

Na continuação da matéria, então, vem a enunciação de Geraldo Alckmin, do PSDB. Ele diz que *Marielle e Anderson foram executados, um crime bárbaro* e que o caso *exige apuração célere e punição exemplar*. Com base nesse enunciado, percebemos que Geraldo Alckmin foi o único candidato que declarou e exigiu, explicitamente, investigação e punição. Não houve alusões, críticas nem referências: apenas uma compactação do crime e a exigência por punição, que poderia ser contextualizado no sentido de uma promessa de campanha, como um candidato que precisa de uma plataforma para alavancar seu nome e fixar a sua candidatura. É uma tentativa de expor um julgamento para o caso, pois conforme observa Charaudeau (2008, p. 42-43), o discurso político “está intrinsecamente ligado à organização da vida social como governo e como discussão” e é um “lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro”.

Por fim, temos o posicionamento de Ciro Gomes, pré-candidato do PDT e ex-governador do Ceará. Para ele, as mortes foram advindas *do crime organizado chamando o Estado para a briga*. Nesta frase, notamos que Ciro, assim como Marina, significa de forma que dá a entender que a motivação por trás dos assassinatos tenha sido política. Quando ele fala que o crime organizado chama o Estado para a briga, o enunciado leva-nos a crer em dois potenciais sentidos. O primeiro deles é o mais óbvio: de que o assassinato de Marielle obriga as forças federais e/ou governamentais a tomar alguma atitude, uma ação que gere conclusões ao crime e impulse as ações para frear o crime organizado nas comunidades cariocas. Outra potencial significação é a de que o assassinato de Marielle é uma retaliação contra o Estado, o que nos mostra que o lugar de fala de Ciro é estritamente político e é refletido pela sua já extensa carreira. Esses sentidos, portanto, são definidos ideologicamente; “não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos” (ORLANDI, 2005, p. 43).

Ciro também afirma que *é triste constatar que estas mortes se somam aos mais de 62 mil homicídios que aconteceram no ano passado, dos quais apenas 8% foram investigados*. Por meio da análise desse enunciado, percebemos que Ciro reforça uma técnica muito comum e utilizada no discurso político – inclusive já mencionada anteriormente neste artigo: o uso de dados para argumentar e explorar um ponto de vista. Segundo Eduardo (2014), é assim que o locutor se porta para fundamentar seu posicionamento e, com isso,

conquistar novos aliados à sua candidatura. Tais dados (*62 mil homicídios*, sendo que apenas *8% foram investigados*) significam e propõem sentidos que inserem Marielle nas estatísticas, pois seu caso é mais um na contagem de homicídios alegada por Ciro e na porcentagem que surtiu investigação. Portanto, isso significa, mais uma vez, como uma crítica a falta de apuração de todos os homicídios – inclusive os de Marielle Franco e Anderson Gomes.

## 6. Considerações Finais

O Caso Marielle originou inúmeras significações e múltiplos efeitos de sentido, que permearam e movimentaram o discurso político não somente na época do seu assassinato, mas também semanas após o crime. Por meio da interpretação e compreensão das matérias e enunciados analisados, foi possível chegarmos a algumas conclusões, especialmente referente ao significativo contraste entre os sentidos dos enunciados de Jair Bolsonaro e os demais pré-candidatos. Afinal de contas, os sentidos dos sujeitos nunca são os mesmos porque, como alega Orlandi (2005, p. 43), “as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem”.

Por isso notamos, pela averiguação dos dizeres de Bolsonaro, que um posicionamento anti-igualitário e de características militares esteve fortemente presente no discurso do parlamentar, tanto na declaração veiculada no portal da revista *Exame* quanto na fala oferecida ao jornal *O Globo* – o que difere do pronunciamento de Marina, Alckmin e Ciro.

As falas de Bolsonaro, assim, remetem a um discurso com traços marcantes de sua ideologia e discurso militarista. Seus enunciados endereçam desdém ao Caso Marielle: além de ficar completamente silente por determinado período de tempo, o que porventura já é um traço de desimportância dada ao crime, ele mantém tal posicionamento e justifica-se por meio de uma defesa seletiva, que elimina a exigência por justiça esperada de um potencial líder de Estado. Assim, Bolsonaro inverte o jogo: dramatiza seu discurso, faz crítica à oposição e concede privilégio à memória da classe militar, o que desqualifica o assassinato de Marielle Franco, vereadora carioca que faz parte de um outro espectro-político, o de esquerda, antagônico ao seu.

Este tipo de discurso, com sentidos que descontroem o Caso Marielle, como apresentados acima, é ainda mais solidificado quando o mesmo pré-candidato afirma que o assassinato não representa *nada* para a *democracia*. Aqui nota-se o primeiro grande contraste em relação aos demais pronunciamentos. Enquanto Marina atesta ser um crime político,

trazendo à sua significação a memória de ativistas políticos/ambientais e os comparando a Marielle, Alckmin exige punição severa aos criminosos e Ciro argumenta que o assassinato inclui o Estado.

O silêncio de Bolsonaro, sua ausência enunciativa, também nos diz muito: o parlamentar não diz para criticar, não enuncia para desconstruir, não se posiciona para desqualificar. E, mesmo quando o faz – quando produz os efeitos de sentidos em seus enunciados –, Bolsonaro se concebe como vítima, por meio de uma dramatização do discurso. Em seu silêncio constitutivo, Bolsonaro diz que permanecerá silente (x) para não dizer como o Caso Marielle é irrelevante para si mesmo, para sua política, para a democracia (y) – até porque o próprio parlamentar, em determinadas ocasiões, já defendeu a ditadura militar (BUARQUE, 2018).

Se analisarmos comparativamente esses discursos e sentidos construídos no âmbito político, portanto, reforçamos que os enunciados de Bolsonaro significam uma posição contrária aos dos três demais pré-candidatos. Bolsonaro expõem um posicionamento que gera irrelevância e descaso ao crime (inclusive por meio do seu silêncio), enquanto os demais políticos nos induzem a reconhecer que Marielle foi morta por razões políticas e que merece justiça imediata, sem entrar para estatísticas de casos não solucionados. Essas são as imagens que os pré-candidatos construíram sobre si mesmos através de seus discursos. Imagens estas que, segundo Charaudeau (2008, p. 89) são imensamente frágeis. “Adoradas um dia, podem ser queimadas no dia seguinte”.

## Referências

ADORNO, Luís. Apesar de crítica, Bolsonaro vota a favor de intervenção federal no Rio.

UOL Notícias, 2018. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/02/20/apesar-de-critica-bolsonaro-vota-a-favor-de-intervencao-federal-no-rio.htm>>. Acesso em 10 de nov. 2018.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BOLSONARO. **Jair Messias Bolsonaro**, 2018. Página inicial. Disponível em:

<<https://www.bolsonaro.com.br/>>. Acesso em: 10 de nov. de 2018.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução a análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p.1988. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_15.12.2016/art\\_5\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp)>. Acesso em: 11 de nov. de 2018.

BUARQUE, Daniel. **Em entrevista à radio dos EUA, Bolsonaro defende a ditadura militar**. Blog do Brasilianismo, 2018. Disponível em: <<https://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2018/07/31/em-entrevista-a-radio-dos-eua-bolsonaro-defende-a-ditadura-militar/>>. Acesso em: 18 de nov. de 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia: Jair Bolsonaro – PSL/RJ**. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=74847](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74847)>. Acesso em 10 de nov. 2018.

CARBONARI, Pâmela. Quem foi Marielle Franco, a vereadora executada no Rio. **Superinteressante**, 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/sociedade/quem-foi-marielle-franco-a-vereadora-executada-no-rio/>>. Acesso em: 12 de nov. de 2018.

CARDOSO, Daiene; GADELHA, Igor. **Nenhum presidenciável foi em enterro de PMs, diz Bolsonaro**. Exame, 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-vai-manter-silencio-sobre-caso-marielle/>>. Acesso em: 31 de out. de 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

EDUARDO, Luis Felipe Melo. As estratégias do discurso político: uma análise de imagens e procedimentos linguísticos. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 459-475, out. - nov. 2014. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num19/estudos/Palimpsesto19estudos05.pdf>>. Acesso em: 15 de maio 2018. ISSN: 1809-3507

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos: Claraluz, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

PRAGMATISMO POLÍTICO. **Apenas Bolsonaro não comentou a morte de Marielle Franco**. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/03/bolsonaro-morte-marielle-franco.html>>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

O GLOBO. Caso Marielle: presidenciáveis comentem morte de vereadora. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/caso-marielle-presidenciaveis-comentam-morte-de-vereadora-22619562>>. Acesso em: 11 de nov. de 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elemento para uma análise de discurso político. **Barbarói**, Rio Grande do Sul, n 24, p. 78-109, jan. 2006. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821/605>>. Acesso em: 17 de maio 2018.

REVISTA FÓRUM. **Jair Bolsonaro: “Erro da ditadura foi torturar e não matar”**. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/jair-bolsonaro-erro-da-ditadura-foi-torturar-e-nao-matar/>>. 2016. Acesso em 10 de nov. 2018.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Porto, Portugal: 2001. Disponível em: <<http://bocc.ufp.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>. Acesso em: 2 de nov. 2018.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani. O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, v. 8, n. 2, p. 353-371, maio/ago. 2008. Disponível em: <[http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/393/413](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/393/413)>. Acesso em: 22 de ago. 2018.

UOL NOTÍCIAS, 2018. **Apesar de crítica, Bolsonaro vota a favor de intervenção federal no Rio**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/02/20/apesar-de-critica-bolsonaro-vota-a-favor-de-intervencao-federal-no-rio.htm>>. Acesso em 10 de nov. 2018.

UOL NOTÍCIAS, 2018. **RJ fecha 2017 com maior taxa de mortes violentas dos últimos 8 anos**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/18/rio-fecha-2017-com-maior-taxa-de-mortes-violentas-dos-ultimos-oito-anos.htm>>. Acesso em: 11 de nov. 2018.

---

ÁLLISON DE SOUZA PERIN

**ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO: OS EFEITOS DE SENTIDO E O  
SILÊNCIO NO CASO MARIELLE.**

Este artigo foi julgado adequado à obtenção do grau de bacharel em Jornalismo e aprovado em sua forma final com média 100 pelo Curso de Jornalismo da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 11 de dezembro de 2018

Prof. Me. Darlete Cardoso (Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Dr. Andréia da Silva Daltoé (Convidada)

  
\_\_\_\_\_  
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Dr. Alexandre Lenzi (Convidado)

  
\_\_\_\_\_  
Universidade do Sul de Santa Catarina